

'Game Over' só no videogame: Seguro Residencial e a proteção contra danos elétricos

Quando o raio cai na conta: por que incluir danos elétricos no Seguro Residencial?

- Nada pior do que ver PC, TV ou console queimarem no meio de um trabalho ou partida importante - e isso tende a ficar mais comum, não menos.
- O Brasil já registra em média 77,8 milhões de raios por ano e pode chegar a 100 milhões até o fim do século, com aumento projetado de 20% a 40% na incidência de descargas elétricas por causa da crise climática.
- Esse cenário pressiona a rede elétrica, gera oscilações de tensão e coloca seus equipamentos eletrônicos na linha de frente do prejuízo.

Por que o risco só aumenta

Estudos do INPE e do ELAT mostram que:

- O Brasil lidera o ranking mundial de raios, com cerca de 78 milhões de descargas anuais hoje.
- A expectativa é de crescimento de 3% a 5% por década até 2100, elevando a média a cerca de 100 milhões de raios/ano.
- Os prejuízos ligados à incidência de raios já chegam à ordem de R$ 1 bilhão por ano, considerando falhas de energia, interrupção de operações e danos a equipamentos.?
- Cerca de 70% dos desligamentos em transmissão e 40% na distribuição de energia têm relação com raios, o que se traduz em queda de energia, picos e oscilações dentro das casas e empresas.?

Ou seja, mesmo que um raio não atinja diretamente a sua casa, o efeito em cascata na rede pode ser suficiente para queimar seus eletrônicos.

Danos elétricos: o que exatamente o seguro cobre

A cobertura de Danos Elétricos no Seguro Residencial foi criada justamente para esse tipo de situação. Em geral, ela pode incluir:

- Queima de placas, fontes e componentes por sobretensão (picos de energia).
- Quedas e oscilações que causam desligamentos bruscos e danos internos.
- Curto-circuito em instalações ou equipamentos.
- Danos a motores elétricos (geladeira, máquina de lavar, ar-condicionado).

Em algumas apólices, danos decorrentes de descargas atmosféricas indiretas (raios na rede, em postes ou na vizinhança).

O seguro costuma ter:

- Um limite de cobertura (por exemplo, R$ 5 mil, R$ 10 mil ou mais para danos elétricos).?
- Uma franquia, que é a parte do prejuízo paga pelo segurado antes da indenização (valor fixo ou percentual).?
- Lista de equipamentos cobertos, como TVs, computadores, videogames, geladeiras, roteadores e outros.?
- Ficam de fora, normalmente, danos por desgaste natural, má instalação elétrica ou equipamentos sem manutenção adequada.?

Como funciona na prática quando queima um aparelho

O fluxo típico de um sinistro de dano elétrico é assim:

Identificação do dano

Você percebe que, após uma queda/pico de energia ou tempestade, um ou mais aparelhos pararam de funcionar (TV, PC, console etc.).

Comunicação à seguradora (e, em alguns casos, à concessionária)

Contata a seguradora o quanto antes (muitas pedem aviso em até 5 ou 7 dias).?

Algumas orientam também registrar queixa na concessionária de energia, informando data, horário, equipamentos e tipo de falha na rede.?

Envio de documentos

Nota fiscal dos equipamentos, se tiver.

Fotos dos aparelhos danificados.

Laudo técnico (assistência autorizada ou técnica de confiança) indicando que o dano foi causado por problema elétrico/sobretensão.?

Análise do sinistro

A seguradora verifica se o evento se enquadra na cobertura, se está dentro do limite de capital de danos elétricos e aplica a franquia.?

Indenização

Aprovado o sinistro, a seguradora paga o conserto ou a reposição (parcial/total), respeitando o limite contratado.?

Na prática, você transforma um prejuízo potencial de milhares de reais em um custo limitado à

franquia.

Prevenção física + seguro: dupla proteção

Os especialistas reforçam que o seguro é fundamental, mas não substitui medidas físicas de proteção:

- Desligar equipamentos da tomada durante tempestades é uma recomendação básica de concessionárias como a Cemig.?
- Utilizar filtros de linha de qualidade, protetores contra surtos e nobreaks ajuda a absorver parte das sobretensões e quedas de energia.
- Nobreaks de boa qualidade isolam os equipamentos da rede elétrica, minimizam os efeitos de descargas atmosféricas e evitam perda de dados e danos em computadores e servidores.?

Mesmo assim, nenhum recurso físico é 100% infalível em cenários extremos; por isso, o seguro funciona como “linha de defesa final” para o bolso.

O que observar ao contratar Danos Elétricos

Ao falar com o corretor ou revisar sua apólice, vale checar:

- **Capital de danos elétricos**: se a soma dos principais aparelhos (TV + PC + console + geladeira etc.) cabe no limite contratado.
- **Franquia**: se o valor é compatível com seu orçamento (uma franquia muito alta pode desestimular o uso da cobertura).
- **Critérios de comprovação**: se a seguradora exige laudo técnico sempre, ou apenas em casos de maior valor.
- **Tratamento de raios**: se a queda de raio direta está na cobertura básica e as indiretas (via rede) entram em Danos Elétricos.
- **Prazos de aviso**: em quantos dias você precisa comunicar o sinistro após o dano.

Com o Brasil caminhando para uma média de até 100 milhões de raios por ano sob efeito das mudanças climáticas, e prejuízos já na casa de R$ 1 bilhão anuais, incluir Danos Elétricos no Seguro Residencial deixa de ser detalhe para virar parte central da estratégia de proteção do seu patrimônio.

Dicas de finanças

- Proteção começa com informação. E informação de qualidade ajuda a transformar decisões financeiras em escolhas mais seguras para o presente e para o futuro.
- Por isso, o **Notícias do Seguro** passa a trazer, a partir de agora, conteúdos do site **Meu Bolso em Dia**, em uma parceria da **CNseg** com a **Febraban**. A iniciativa amplia o acesso a orientações práticas sobre organização do orçamento, planejamento financeiro, consumo consciente, prevenção ao endividamento e formação de reserva - pilares que caminham lado a lado com a cultura da proteção e com o papel do seguro na vida das pessoas.
- Ao integrar educação financeira e proteção securitária, reforçamos um compromisso comum: apoiar famílias e empreendedores na construção de uma vida mais estável, resiliente e preparada para imprevistos.

Sobre o Meu Bolso em Dia

O Meu Bolso em Dia é uma plataforma brasileira de educação financeira criada pela Febraban. O site oferece conteúdos gratuitos, acessíveis e práticos para quem quer organizar melhor o dinheiro, entender finanças pessoais e desenvolver hábitos financeiros mais saudáveis.

Os conteúdos abordam desde orçamento doméstico, poupança e controle de dívidas até investimentos, crédito consciente e planejamento de médio e longo prazo. É um espaço pensado tanto para quem está começando quanto para quem deseja aprofundar seus conhecimentos em finanças pessoais.

Acesse conteúdos selecionados

Confira algumas das matérias disponíveis:

Educação Financeira: o que é e como colocar em prática
Guia essencial sobre os conceitos básicos de educação financeira e como aplicá-los no dia a dia.
? https://meubolsoemdia.com.br/Materias/educacao-financeira

Como guardar dinheiro: 10 dicas para começar agora
Estratégias práticas para economizar e estruturar uma reserva financeira.
? https://meubolsoemdia.com.br/Materias/metodos-para-guardar-dinheiro

Por que falar de educação financeira no Brasil?
Reflexão sobre a importância da formação financeira para fortalecer decisões mais conscientes.
? https://meubolsoemdia.com.br/Materias/por-que-falar-de-educacao-financeira-hoje-no-brasil

Filmes e séries sobre dinheiro para aprender de forma leve
Sugestões culturais que ajudam a entender economia e finanças pessoais sob diferentes perspectivas.
? https://meubolsoemdia.com.br/Materias/filmes-e-series-sobre-financas

Conteúdos para organizar suas finanças
Seleção especial de matérias voltadas à construção de planejamento financeiro sólido.
? https://meubolsoemdia.com.br/organizar-as-financas

Explore todas as matérias

Para acessar a lista completa de conteúdos, visite:
? https://meubolsoemdia.com.br/todas-materias

O papel do seguro na reconstrução após desastres climáticos

Os dados indicam que o seguro pode acelerar a recuperação após desastres e reduzir o impacto financeiro imediato. No entanto, a baixa cobertura no Brasil e em países vulneráveis amplia desigualdades e transfere quase todo o custo para famílias e governos. Ainda há lacunas importantes de pesquisa, especialmente sobre qualidade da reconstrução e efeitos de longo prazo na resiliência climática. O desafio agora não é apenas expandir seguros, mas fazê-lo de forma inclusiva, sustentável e integrada às políticas públicas de adaptação.

- Quando uma enchente, seca extrema ou furacão atinge uma região, a primeira necessidade é imediata: dinheiro para reconstruir casas, retomar atividades e reorganizar a vida. É nesse momento que o seguro pode fazer toda a diferença.
- Ele funciona como uma fonte rápida de recursos, ajudando a reduzir o impacto financeiro logo após o desastre. No entanto, no Brasil, ainda existe uma grande lacuna de proteção.
- Entre 2022 e 2024, apenas cerca de **9% das perdas causadas por desastres climáticos estavam seguradas**. A desigualdade regional é marcante: enquanto o Sul concentra os maiores prejuízos, o Norte e o Nordeste têm menos de **2% das perdas cobertas por seguro**.

Estudos internacionais mostram que pessoas e comunidades que têm seguro tendem a reconstruir mais rapidamente, enfrentam menos sofrimento financeiro e conseguem retomar suas atividades

com mais agilidade. O problema é que os mais pobres - justamente os mais vulneráveis - são os que menos têm acesso ao seguro, o que acaba ampliando desigualdades.

Além disso, ainda há poucas pesquisas que avaliem se a reconstrução feita com apoio do seguro resulta em construções mais seguras ou adaptadas ao novo cenário climático. As evidências indicam ganhos em velocidade e capacidade de recuperação, mas também apontam riscos de exclusão (baixa cobertura em áreas vulneráveis) e de "risco moral" — quando a existência do seguro poderia reduzir o incentivo a medidas preventivas. Estudos, porém, mostram resultados mistos sobre esse ponto.

Quais seguros são usados em desastres climáticos?

Seguro tradicional (residencial e patrimonial)

É o modelo mais conhecido. Após o dano, a seguradora avalia as perdas e paga o valor correspondente ao prejuízo comprovado.

- Vantagem: cobre exatamente o que foi perdido.
- Desvantagem: o processo pode ser burocrático e demorado.

Seguro agrícola

Voltado a produtores rurais, muitas vezes com subsídio público. Cobre perdas de safra por seca, geada ou excesso de chuva. No Brasil, apesar da importância, apenas **cerca de 10% da área agrícola é segurada**, principalmente devido a custos e prazos longos.

Seguro paramétrico (ou de índice)

Aqui, o pagamento é automático quando um indicador objetivo (volume de chuva, intensidade do vento, temperatura, índice de seca etc.) ultrapassa um limite pré-definido.
Como não exige vistoria individual, o pagamento pode sair em dias, não meses.

Vantagens:

- Rapidez
- Transparência (uso de dados públicos)
- Menor custo operacional

Desvantagem:

- Pode ocorrer o chamado "risco de base": o seguro pode não pagar mesmo havendo prejuízo local - ou pagar mesmo que a perda tenha sido menor.

Microseguros paramétricos

São versões simplificadas, voltadas a pequenos produtores e comunidades vulneráveis, com prêmios baixos e indenizações rápidas.

Exemplo: na Guatemala, um programa do Programa Mundial de Alimentos (PMA) cobre cerca de **14.700 famílias (73.500 pessoas)**. Cada família paga cerca de **US$ 46 por ano** e recebe **US$ 250 por evento climático**, podendo chegar a US$ 500 anuais.

Esses modelos aumentam a inclusão, mas dependem frequentemente de subsídios e enfrentam desafios de divulgação em regiões com pouca cultura de seguro.

Pools regionais e soluções internacionais

Alguns países optaram por se unir para dividir riscos.

O **CCRIF SPC (Caribe e América Central)** reúne 35 países. Entre 2024 e 2025, realizou **82 pagamentos em até 14 dias**, totalizando **US$ 483 milhões**.
Exemplos:

1. US$ 91,9 milhões para a Jamaica após o furacão Melissa (2025)
2. US$ 84,5 milhões para sete países após o furacão Beryl (2024)

A lógica é simples: ao dividir riscos regionalmente, os custos diminuem e os governos recebem recursos quase imediatos.

Na África, existe o **African Risk Capacity (ARC)**, que inclusive lançou em 2024 uma solução compatível com princípios islâmicos (ARC Re-Takaful).

Cat Bonds: o seguro no mercado financeiro

Os chamados **Títulos de Catástrofe (Cat Bonds)** são instrumentos do mercado de capitais. Investidores compram títulos que pagam juros atrativos. Se o desastre ocorrer, o dinheiro é usado para cobrir perdas.

O México, por exemplo, reforçou seu fundo de desastres com esse modelo.

1. Vantagem: mobiliza grandes volumes de recursos privados.
2. Desvantagem: é sofisticado, caro de estruturar e depende das condições de mercado.

O caso brasileiro: Rio Grande do Sul

As enchentes de 2023–2024 no Rio Grande do Sul são um exemplo claro da lacuna de proteção.

1. Cerca de **2,4 milhões de pessoas afetadas**
2. **R$ 35,6 bilhões em perdas diretas**
3. Estimativas mais amplas apontam até **R$ 100 bilhões em prejuízos**
4. Apenas **R$ 6 bilhões (cerca de 6%) estavam segurados**

Ou seja, a maior parte do custo recaiu sobre vítimas e sobre o poder público.

Evidências: o seguro realmente acelera a recuperação?

Estudos internacionais indicam que sim.

Pesquisas mostram que segurados:

1. Reconstruem com maior probabilidade
2. Sofrem menos impacto financeiro
3. Retomam atividades mais rapidamente

Um estudo de 2025 nos Estados Unidos utilizou inteligência artificial para analisar imagens do Google Street View antes e depois de desastres. A conclusão foi que áreas de maior renda reconstruíram muito melhor que áreas pobres, ampliando desigualdades — o que sugere que a falta de recursos, inclusive seguros, aprofunda a vulnerabilidade.

Ainda faltam estudos sólidos sobre qualidade da reconstrução e impactos de longo prazo, especialmente no Brasil.

Desigualdade e exclusão

No Brasil, apenas **cerca de 17% das residências têm algum tipo de seguro**.
As regiões mais pobres são as menos protegidas.

Além disso, exigências como documentação fundiária ou comprovação formal de renda excluem populações vulneráveis. Em seguros paramétricos, o risco de base pode deixar vítimas sem indenização mesmo havendo perdas reais.

Sobre o risco moral (a ideia de que o seguro desestimularia prevenção), estudos na Alemanha não encontraram evidências fortes desse comportamento. Mesmo assim, políticas podem vincular descontos ou cobertura ampliada à adoção de medidas preventivas.

Barreiras e desafios

1. Alto custo inicial para desenvolver seguros paramétricos (estações meteorológicas, satélites, modelagem).
2. Dependência de subsídios em países em desenvolvimento.
3. Cortes orçamentários, como ocorreu com o Programa de Subvenção ao Seguro Rural no Brasil.
4. Barreiras regulatórias que dificultam microseguros.
5. Sustentabilidade financeira dos modelos.

Inovações promissoras

1. Uso de satélites e inteligência artificial para melhorar precisão.
2. Startups brasileiras oferecendo seguros digitais parametrizados.
3. Endossos que incentivam reconstruções mais resistentes.
4. Uso de blockchain para transparência.
5. Financiamento climático internacional (como a InsuResilience Global Partnership).
6. Modelos que combinam seguro com crédito pós-desastre.

O que pode ser feito?

Curto prazo (1–2 anos)

Governos:

1. Mapear vulnerabilidades
2. Criar fundos de reconstrução resiliente
3. Oferecer subsídios direcionados
4. Flexibilizar regulamentações

Seguradoras:

1. Desenvolver produtos simples e acessíveis
2. Investir em tecnologia
3. Ampliar resseguro e cat bonds

ONGs:

1. Promover cultura de seguro
2. Apoiar microseguros
3. Treinar comunidades locais

Médio prazo (3–5 anos)

1. Exigir seguro em áreas de risco
2. Criar pools regionais na América Latina

3. Integrar seguro às políticas climáticas nacionais
4. Expandir operações digitais
5. Incentivar reconstruções adaptadas
6. Apoiar pesquisas de impacto

Longo prazo (5–10 anos)

1. Aumentar cobertura para 50–70% das residências em áreas de alto risco até 2030
2. Criar mercados nacionais de cat bonds
3. Integrar seguro a financiamentos imobiliários
4. Tornar seguradoras protagonistas na adaptação climática
5. Monitorar continuamente a eficácia das soluções

Fonte: CNseg, em 23.02.2026